

48% Estimativa de eleitores que são do sexo masculino, segundo o TSE

2010 • Política • 5

TSE: 30% de mulheres é lei

Partidos terão de cumprir à risca a determinação do número de candidatas do sexo feminino, nem que precisem substituir os homens

Senhora do primeiro turno

Marina Silva deixa a disputa eleitoral com votação expressiva e a responsabilidade de ter prolongado a escolha do próximo presidente

Balança pende para Dilma

O aborto da política pública

Eleições 2010:
as mulheres pagam o pato!

Estamos em cena, estamos nas ruas, seguimos na luta!

Concluímos essa edição do FÊMEA antes do segundo turno das eleições. De todas as maneiras, até aqui os resultados já são mais que suficientes para comprovar (a quem ainda duvidava) que a luta feminista das mulheres produziu mudanças políticas e culturais importantes na sociedade brasileira.

Tomara que, quando você receber esse exemplar, as urnas tenham mais que ratificado essas transformações, conferido vitória a tod@s aquel@s que votaram contra o machismo e a lesbofobia, contra o fundamentalismo religioso e as artimanhas do machismo para desmerecer e desvalorizar a longa trajetória de luta das mulheres. Caminho cheio de obstáculos por onde nos afirmamos como sujeitas de direitos e como sujeito político.

Toda essa mudança é resultado de décadas de luta. Há quase oito décadas, as mulheres se organizaram para lutar pelo direito ao voto. Depois, pelo direito a se candidatarem. Daí, para afirmar que sem as mulheres os direitos não são humanos. Nos últimos dez anos, pela paridade nos espaços de poder.

Refletir, sobre a luta das mulheres e as conquistas que obtivemos, é fundamental para nos dar ainda mais ânimo para seguir nos movendo e demandando direitos, justiça social, de gênero, de raça, empoderamento e fim da violência, das discriminações e preconceitos.

Essa última edição do ano mostra que ainda temos desafios. Em contexto de campanha eleitoral, o voto feminino foi tema da mídia durante todo o período. Em entrevista ao Jornal Fêmea, a especialista Jacira Melo diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, comenta a presença/ausência das pautas das mulheres nesse processo e a forma como a mídia tratou a discussão.

A matéria de capa traz o balanço das mulheres eleitas e mostra o quanto ainda temos de avançar para que as candidaturas de mulheres sejam vistas como parte central da experiência democrática. Os últimos pleitos eleitorais demonstram uma verdadeira estagnação da presença feminina no nosso sistema político, apesar dos esforços das mulheres organizadas nos movimentos, nos partidos e na gestão pública para fazer valer as cotas, bem como outras ações afirmativas.

Próximo ao término dos oito anos de governo Lula é hora de fazer uma avaliação das políticas públicas. Reconhecendo as mudanças decorrentes de uma política nacional para as mulheres, mas também os limites impostos pela política macroeconômica. Afinal, continua havendo muita injustiça e desigualdade na arrecadação e distribuição dos recursos públicos. Esse debate é apresentado na última página.

Também apresentamos um balanço da Lei Maria da Penha, que demonstra a necessidade de lutarmos por sua implementação, questão prioritária para o dia 25 de novembro, dia de combate à violência contra as mulheres.

Por fim, Ana Liési Thurler, socióloga e ativista do Fórum de Mulheres do DF, apresenta uma análise crítica e preocupante da nova lei de alienação parental e suas repercussões para a vida das mulheres.

Com tantos desafios, chegamos ao final desse ano com a certeza de que, como diz a canção, estamos em cena, estamos nas ruas... e seguimos na luta! Apesar dos perigos, a gente se encontra cantando na praça...

Boas festas e um feliz 2011!



SCS, Quadra 2, Bloco C, Sala 602, Ed. Goiás
CEP 70317-900 • Brasília-DF
Telefax: 55+(61) 3224-1791

Endereço eletrônico: imprensa@cfemea.org.br
Site: <http://www.cfemea.org.br>

Conselho Deliberativo: Eliana Graça, Gilda Cabral,
Iáris Ramalho Cortês e Zuleide Araújo.

Consultoras: Ana Cláudia Jaquette Pereira, Daniela Lima,
Eunice Borges e Fernanda Feitosa.

Conselho Fiscal: Ivônio Barros, Elaine Marinho Faria,
Eneida Vinhaes Dutra, Mônica Ferreira Gaspar de Oliveira.

Colegiado de Gestão: Guacira César de Oliveira,
Mirla de Oliveira Maciel e Natalia Mori Cruz.

Demais integrantes da equipe: Adriano Fernandez
Cavalcante, Francisco Rodrigues, Juliano Alessandro Lopes,
Kauara Rodrigues Dias Ferreira, Leila Rebouças,
Marizeth Machado, Mirla de Oliveira Maciel,
Myllena Calasans de Matos e Sarah de Freitas Reis.

Jornalista Responsável:
Daniela Lima (DRT/DF 4926)

Parcerias: Fundação Heinrich Böll, Fundação Ford,
Fundação Avina, Fundo MDG3, OXFAM, IWHC,
Safe abortion action fund e Unifem

Apoio: Fundo MDG3

Projeto gráfico: Faro Brasil
Editoração: Ars Ventura Imagem & Comunicação

Impressão: Gráfica Charbel
Tiragem: 13.000 exemplares

III Balanço Nacional da Lei Maria da Penha

A luta pelo fim da violência contra as mulheres: Por mim, por nós e pelas outras

Em Outubro, a Articulação de Mulheres Brasileiras realizou o III Balanço Nacional da Lei Maria da Penha. O balanço nacional, que reuniu dados de 12 estados, foi analisado sob a perspectiva feminista de monitoramento das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil.

Realizada com o apoio do Ministério da Saúde – Área Técnica de Saúde da Mulher – DATASUS, a videoconferência também proporcionou espaço para debater continuidade de estratégias de monitoramento e de luta em defesa da Lei Maria da Penha (11.340/2006). Foi, por exemplo, verificado que alguns juízes ainda aplicam a Lei 9.099/95 e/ou consideram a Lei Maria da Penha inconstitucional.

Delegacias de atendimento às mulheres e Centros de Referência

A troca de informações entre os estados permite-nos observar dificuldades comuns entre realidades distintas no Brasil e a inexistência de estatísticas sistemáticas e oficiais que apontem para a magnitude do problema da violência doméstica. Em quase todos os estados, foi relatada a falta de capacitação dos profissionais para a promoção de acolhimento e atendimento humanizado nas Delegacias, Centros de Referência e Casas Abrigo. Também foi relatada a falta de profissionais para o atendimento multidisciplinar. Há relatos de profissionais que, apesar de especializad@s, resistem em reconhecer a violência doméstica como um crime. Amapá, Pernambuco e Acre apresentam condições extremamente difíceis que aliam a falta de equipamentos, falta de recursos humanos e falta de capacitação dos recursos humanos existentes.

As Delegacias de Atendimento à Mulher (DEAM's) dos estados como Rio Grande do Sul e o Distrito Federal são as que contam com melhor estrutura física, o que não impede que ocorram negligências no atendimento. A DEAM do DF é um exemplo claro: mesmo premiada, várias denúncias de não aplicação da Lei são feitas pelas mulheres que buscam ação do Estado.

Implantação de Juizados de violência, seu funcionamento e números de casos julgados

Estados como Acre e Rio Grande do Norte ainda não contam com Juizados de Violência. A quantidade de Juizados no país ainda é insuficiente, apesar do número ter aumentado nos últimos anos.

Durante a videoconferência, foi apontado por todos os estados considerável número de processos arquivados e suspensos, fato que merece ser observado com maior atenção.

Previsão e execução orçamentária

Foi avaliada a relação entre previsões e execuções orçamentárias para a implementação da lei em cada estado. Observa-se, em todos, baixa execução orçamentária para a implementação, além de falta de transparência na aplicação de recursos prevista para os serviços.

Aumentam mortes de mulheres com requintes de crueldade

Até setembro deste ano foram assassinadas 94 mulheres no Ceará, 50 no Rio de Janeiro e 40 no Rio Grande do Norte.

O número de mulheres mortas, mesmo estando sob as medidas protetivas, é elevado em Pernambuco e Santa Catarina. Alguns estados observaram aumento de homicídios com requintes de crueldade, que podemos considerar como um dos principais retrocessos na aplicação da Lei.

O reconhecimento da violência contra as mulheres como um problema, a implementação da Lei Maria da Penha e a disseminação de informação continuam se apresentando como desafios para o movimento feminista e de mulheres. A Lei continua sofrendo ameaças e retrocessos e o maior desafio para as mulheres brasileiras tem sido a luta para que esta se fortaleça. Para isso, faz-se necessário quebrar as resistências machistas e patriarcais de juiz@s, delegad@s, policiais e operador@s de direito, que impedem que as mulheres tenham uma vida livre de violência.

No dia 25 de Novembro - Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher, a Articulação das Mulheres Brasileiras - AMB organiza um ato no Fórum Pan Amazônico junto a uma ação nacional simultânea em que diversos estados se manifestam pelo fim da violência contra as mulheres. Estas ações visam expor as questões levantadas pelo III Balanço Nacional da Lei Maria da Penha.



Arquivo CFEMEA

Faltaram propostas sobre políticas para as mulheres nas eleições de 2010

Entre o primeiro e o segundo turno das eleições para a Presidência da República, o Jornal Fêmea ouviu a feminista Jacira Melo, diretora do Instituto Patrícia Galvão, de São Paulo, sobre a mídia e a cobertura eleitoral. A especialista em comunicação chama a atenção para o papel passivo da mídia impressa e televisiva diante das candidaturas, marcadas pela ausência de conexão entre escassas propostas de políticas para as mulheres a um programa de governo. O jornalismo ficou devendo.

A disputa eleitoral de 2010 foi historicamente a mais inovadora. Pela primeira vez estiveram no centro da disputa duas mulheres progressistas, informadas e sensíveis sobre questões de gênero e direitos das mulheres. E nestas eleições, o voto feminino se mostrou ainda mais decisivo, considerando-se não apenas que as mulheres representam 52% do eleitorado, mas

também a maior parcela de@s indecis@s, como mostram as pesquisas de intenção de voto dos principais institutos de pesquisa.

Neste cenário desponta um paradoxo ainda pouco debatido nesta eleição presidencial: por que as candidaturas de Dilma Rousseff (PT) e Marina Silva (PV) – e mesmo a do tucano José Serra – não dedicaram real

atenção à formulação de propostas sobre políticas públicas nos campos econômico, social, ambiental, cultural e político de interesse das mulheres? Por que estas candidaturas não buscaram maior identificação com significativa parcela do eleitorado brasileiro, através de programas de governo com propostas que impactem efetivamente a vida das mulheres?

É elementar, mas vale ressaltar, que há um consenso no debate sobre desenvolvimento de que as políticas públicas voltadas para as mulheres trazem benefícios para toda a população e o país como um todo.

Somam-se a este cenário as manchetes que tiveram destaque na mídia no período de julho a setembro de 2010: mulheres ainda têm menor inserção no mercado de trabalho; anos de estudo interferem na idade de ser mãe; uma em cada cinco mulheres já fez aborto até os 40 anos; abortos respondem por 10% dos casos de morte materna; dez mulheres são mortas por dia no país por seus parceiros ou ex-parceiros; apenas 7% das cidades têm delegacia da mulher; o Brasil cai novamente no ranking de igualdade entre os sexos; apenas 17,3% dos partidos/coligações cumpriram as cotas nas eleições de 2010; o tamanho da bancada feminina permanece inalterado; entre outras.

Ausência na agenda política das candidaturas presidenciais e omissão na cobertura da mídia sobre as eleições

É de se perguntar por que o conjunto destas notícias não tiveram efeito no debate público

Divulgação



Jacira Vieira de Melo



“Mesmo diante de fatos noticiosos importantes para a vida das mulheres, a maioria dos veículos da mídia impressa e televisiva não investiu em um jornalismo investigativo de fato, que interpelasse as candidaturas sobre suas propostas para os principais problemas do país”.

eleitoral e nas estratégias programáticas e de comunicação das campanhas de Dilma e Marina. São fatos noticiosos sobre problemáticas relevantes e de impacto significativo sobre a população, que alcançaram destaque na mídia a partir de evidências produzidas pelo IBGE, Ministério da Saúde, Tribunal Superior Eleitoral e centros universitários de pesquisas.

É possível dizer que o amadurecimento do debate sobre políticas públicas para o enfrentamento da desigualdade de gênero possibilitou a construção de consensos no campo das políticas sociais e que as lideranças de diferentes matizes políticos concordam, ao menos teoricamente, com um amplo leque de propostas para a promoção dos direitos das mulheres no país. Hoje, objetivamente, não há candidatura à Presidência que seja contrária à equidade de salário entre homens e mulheres, a um maior investimento na qualificação profissional das mulheres, a um choque de recursos para a ampliação da oferta de creches e pré-escolas; à criação de um fundo para a implementação de equipamentos sociais para efetiva aplicação da Lei Maria da Penha em todos os municípios do país, à priorização de ações de saúde para a promoção da saúde sexual e reprodutiva.

Estas questões têm tudo a ver com desenvolvimento econômico e social, e a formulação de propostas neste campo poderia explicitar diferenças de visões sobre o papel do Estado frente às políticas públicas para as mulheres. O que o governo atual fez? Em que a oposição promete melhorar e/ou inovar?

Ao vivo e em cores, candidat@s apresentaram propostas pontuais para as mulheres, como, por exemplo, a construção de seis mil creches ou a implantação de uma rede de atendimento às gestantes. Mas qual é a proposta para que a 8ª economia do planeta aborde a questão da educação de 0 a 6 anos

como um tema central no âmbito econômico, social e político, e não apenas como uma política para as mulheres?

Em resumo, nas eleições de 2010 convivemos com dois problemas significativos: a ausência de conexão das escassas propostas de políticas para as mulheres a um programa de governo para o Brasil do século 21 e, conseqüentemente, a não diferenciação entre as propostas apresentadas pelas candidaturas de Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva.

Aqui é preciso chamar a atenção para o papel da mídia na cobertura destas eleições. Espera-se que o jornalismo não fique passivo diante de propostas pouco detalhadas ou mesmo frente à ausência de propostas para problemas concretos da população. Em contexto eleitoral, os meios de comunicação têm o papel de monitorar a implementação, a alocação de recursos e a execução de políticas.

Mesmo diante de fatos noticiosos importantes para a vida das mulheres, a maioria dos veículos da mídia impressa e televisiva não investiu em um jornalismo investigativo de fato, que interpelasse as candidaturas sobre suas propostas para os principais problemas do país. No quesito debate público sobre as

propostas de políticas para as mulheres na eleição presidencial de 2010, o jornalismo ficou devendo. Assim como as campanhas presidenciais, os partidos e os movimentos sociais de mulheres, a mídia não exerceu o seu papel crítico no debate público sobre desigualdade de gênero e educação, saúde, segurança, pobreza, desenvolvimento tecnológico etc.

Um olhar político sobre as mulheres

A eleição de Dilma Rousseff em 31 de outubro, se deu graças à expressiva votação do eleitorado feminino – é imperativo exigir da primeira mulher presidenta do Brasil uma plataforma de governo com políticas públicas que considerem as necessidades e reflitam o protagonismo das brasileiras para o Brasil seguir mudando. E aqui, não há meias palavras: queremos poder político – mulheres competentes nos ministérios – e poder econômico – recursos orçamentários para políticas públicas.

Jacira Vieira de Melo é diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão. Formada em Filosofia pela Universidade de São Paulo, é mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP.

O aborto chega à campanha

» JULIANA BOECHAT

Ilano Andrade/CB/D.A Press

A polêmica do aborto, que pauta o debate entre

evita tratar sobre o assunto

em) Fortes/CB/D.A Press



Obscurantismo

Na corrida pelos votos, campanha eleitoral foca o tema do aborto por meio de subterfúgios, sem avançar com maturidade na discussão

gravidez decorrente de estupro e o de risco de morte para a mãe.

Nenhum dos dois candidatos propõe, ao que se saiba, a revogação desse dispositivo. Mas que recorram ao lema do "direito à vida" é sintomático da dificuldade de

"Eu vou levantar essa bandeira. Perguntei para

As eleições de 2010 prometiam avanços para a ampliação da participação política das mulheres. As cotas enfim obrigatórias, após 15 anos; duas mulheres entre @s presidenciáveis, com trajetórias políticas de luta democrática; reserva de 5% do fundo partidário para a formação políticas das mulheres. 2010 é também o Ano Internacional da Mulher na Política, declarado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), uma luta para que as mulheres das três Américas conquistem o poder. A realidade no país, entretanto, é outra. O Brasil é a oitava economia do mundo, mas ocupa o 106º lugar em participação política feminina no parlamento, segundo a União Interparlamentar, organização internacional dos parlamentos dos Estados soberanos. Tal discrepância se assenta principalmente nos moldes do nosso Sistema Político e no desdém dos partidos políticos.

Eleições 2010:

as mulheres pagam o pato!

Os resultados das eleições revelaram o tamanho do descaso. Houve um aumento substancial nas candidaturas femininas para os cargos proporcionais que, no entanto, não foi acompanhado de uma elevação no número de cadeiras conquistadas por mulheres na Câmara dos Deputados e nas Assembléias Estaduais.

Em 2006, o percentual de mulheres que concorreram a deputadas federais foi de 12,6%, no atual pleito 19,2%. Um incremento de 56% no número de candidaturas femininas, mas que, devido ao desprezo dos partidos políticos pelas candidaturas femininas, resultou em retrocesso. Foram eleitas 45 deputadas, mesmo número alcançado na última eleição. Para o cargo de deputada estadual/distrital o aumento de candidaturas femininas em relação a 2006 foi de 59,2%. No entanto, foram eleitas apenas 10,5% a mais de mulheres.

Dos 27 partidos que disputaram essa eleição, 22 conseguiram representação na Câmara Federal. Destes, oito partidos não elegeram nenhuma mulher. O partido com a maior proporção de mulheres é o PCdoB, com seis deputadas d@s 15 eleit@s. Em termos absolutos, o PT foi o partido que elegeu mais mulheres, contudo as nove deputadas frente aos 80 deputados eleitos perfazem apenas 10% da bancada petista. Avaliando os estados, proporcionalmente o Espírito Santo apresentou o melhor resultado, quatro d@s seus dez deputad@s são mulheres. Já os maiores colégios eleitorais exibiram pífios resultados. Embora São Paulo tenha eleito o maior número absoluto de mulheres, elas representam apenas 8,6% d@s 70 deputad@s paulistas. As deputadas cariocas e mineiras são apenas 8,7% e 1,9% das suas bancadas estaduais respectivamente. Em três estados nenhuma mulher foi eleita. Entre eles está Mato Grosso do Sul,

	2006	2010	Relação 2006/2010
Mulheres candidatas a deputadas federais	628	980	+56%
Mulheres eleitas deputadas federais	45	45	0
Mulheres candidatas a deputadas estaduais /distritais	1.736	2.764	+59,2%
Mulheres eleitas deputadas estaduais/distritais	123	136	+10,5%

8 senadoras eleitas em 2010



11 senadoras compõem a bancada feminina em 2010



12 senadoras comporão a bancada feminina em 2011



contraditoriamente, o único estado com mais de 30% de candidaturas femininas, além de Mato Grosso e Sergipe.

A região Norte foi a que elegeu o maior percentual tanto de deputadas federais como de estaduais correspondendo a 15,4% e 15,7% do total de eleit@s. Os menores índices de mulheres eleitas estão na região Sul do país, onde cinco deputadas federais conquistaram mandatos, perfazendo um percentual de 6,5% e na região Centro Oeste, com 8,85% de mulheres nas Assembleias Legislativas e Câmara Distrital.

Devido ao desprezo dos partidos políticos, quase 60% de incremento no número de candidaturas femininas, resultou em estagnação

Nas eleições majoritárias, tanto para os governos estaduais como para o Senado Federal, presenciou-se uma diminuição no número de mulheres candidatas. Foram eleitas oito senadoras e duas governadoras no primeiro turno. Considerando que em 2006 a renovação do Senado era de um terço e se elegeram quatro mulheres, houve uma estagnação. Contando as três senadoras que exercerão seu segundo mandato com mais uma suplente que assumirá, a bancada feminina no Senado passará de 11 para 12 senadoras.

No primeiro turno foram eleitas duas governadoras, mais duas disputam o segundo turno. Weslian Roriz no Distrito Federal e Ana Júlia

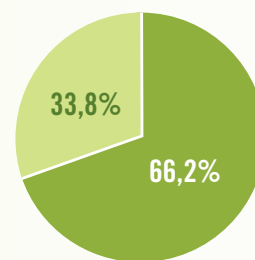
Carepa no Pará, ambas figuram em segundo lugar nas pesquisas de intenção de votos. Em 2006, elegeram-se cinco governadoras, todas no segundo turno.

De um modo geral, a eleição de mulheres favorece o empoderamento das mulheres e da pauta política em favor da igualdade. Mas não é sempre assim. Muitas candidaturas enaltecem a permanência das mulheres em seus papéis tradicionais e subordinados. A candidata Weslian Roriz que substituiu o seu marido "ficha suja" Roriz na disputa pelo governo do Distrito Federal foi a expressão extrema dessa subordinação, mas não a única.

Mulheres votam em mulheres

Embora o saldo eleitoral tenha ficado muito aquém do desejado, alguns dados indicam que a sociedade brasileira tem evoluído a passos mais largos que suas instituições. Cerca de 67% do eleitorado, no primeiro turno, votou em mulheres para o mais importante cargo político do país. Mesmo sendo apenas 8,8% das eleitas para a Câmara Federal, três mulheres estão na listas d@s dez candidat@s mais votad@s. Foram também três senadoras a figurarem entre @s dez mais votad@s. Entre as 45 deputadas eleitas, seis foram campeãs de votos em seus respectivos estados. As cinco deputadas federais mais votadas foram Manuela D'Ávila (PC do B/RS), Ana Arraes (PSB/PE), Bruna Furlan (PSDB/SP), Fátima Bezerra (PT/RN) e a veterana Luiza Erundina (PSB/SP), primeira prefeita de São Paulo, eleita em 1988, que conquista agora seu quarto mandato seguido na Câmara dos Deputados. Além disso, sete deputadas integram o seletor grupo de 35 parlamentares em todo o Brasil que foram eleit@s ou reeleit@s exclusivamente com suas votações nominais, ou seja, sem depender dos votos

Mulheres que votaram...



66,2% do eleitorado votou em uma mulher para o mais importante cargo político do país

dados à legenda nem das sobras de outr@s candidat@s de seu partido ou coligação.

Cotas – desafios a superar para que sejam efetivas

Houve uma elevação acentuada do número de candidatas a deputadas estaduais e federais por causa da obrigatoriedade das cotas e, ao mesmo tempo, um decréscimo nas candidaturas masculinas. Porém, a ausência de sanção ao descumprimento da medida juntamente com a ausência de qualquer estratégia de empoderamento das mulheres em seus próprios partidos fez com que, dessa vez, houvesse uma queda substantiva na proporção entre candidaturas femininas e mulheres eleitas, que caiu à metade. Essa proporção, que em 1994 foi de mais de 17%, encontrava-se em uma média de 8% nas duas últimas eleições nacionais e sofreu uma queda para 4,6%, enquanto que a taxa de sucesso masculina permaneceu em 11%.

Um exemplo emblemático ocorreu no Partido dos Trabalhadores do Mato Grosso. A senadora Serys Shessarenko, entre @s 54 senador@s cujos mandatos terminam em fevereiro de 2011, foi a única a não concorrer à reeleição por decisão do próprio partido. Serys foi a primeira mulher a se tornar senadora pelo Mato Grosso, em 2002, e uma das poucas a ocupar a Mesa Diretora do Senado Federal, chegando a assumir temporariamente a presidência da Casa. Uma candidata fortemente competitiva, com uma avaliação muito positiva do seu mandato e mesmo assim preterida no seu partido. Não se trata apenas de uma questão de falta de incentivo dos partidos, mas de desestímulo às mulheres participarem da competição eleitoral.

Os partidos políticos são as instituições mais resistentes a abrir-se à participação políti-

ca das mulheres. Existe uma correlação de forças, uma natural disputa por espaços de poder uma vez que cada vaga que se abre a uma mulher implica a redução da participação masculina. Dessa forma, a inserção da mulher na política brasileira acontece não através da política formal, mas através de sua atuação em instituições da sociedade civil. Além disso, os estudos feitos nos últimos anos constataram que @s eleitor@s estão mais dispost@s a votar tanto em homens e mulheres em igualdade de condições, enquanto os partidos, e sobretudo as elites políticas, mostram um conservadorismo exacerbado.

Mulheres à presidência

A estréia de duas mulheres com chances reais de chegarem à Presidência da República não foi suficiente para suscitar o debate acerca da subrepresentação feminina nas instâncias decisórias. Na realidade o debate foi pautado pela invisibilização de qualquer possível trajetória das mulheres a não ser no desempenho dos papéis de mães ou donas de casa. Embora cortejadas em alguns programas de governo, as desigualdades de gênero e também as raciais parecem ter sido completamente desconsideradas nos discursos d@s principais candidat@s.

Propostas como a da ex-presidenta do Chile Michelle Bachelet de compor um gabinete paritário, como já acontece em países como a França, a Espanha, a Finlândia e a Noruega, não foram sequer aventadas por aqui. Ao contrário, uma das frentes de campanha de José Serra é o argumento de que “ela não vai dar conta”. Co-

locar em dúvida a competência das mulheres sempre foi um artifício machista para mascarar as razões da iniquidade no poder.

Grande parte do mundo continua a avançar no que tange aos direitos políticos das mulheres, ao passo que a tendência do Brasil indica uma queda ainda maior no ranking internacional. Em comparação com outros países da América Latina e do Caribe, o Brasil apresenta uma das menores taxas de representação parlamentar feminina, perdendo somente para Belize, Haiti e Colômbia. Em países como Argentina, Costa Rica, Peru, Equador e Bolívia já se alcançaram níveis de participação parlamentar em torno de 30%. A média regional de participação feminina nos principais órgãos legislativos nacionais é 22,1%, no Brasil, o índice é de míseros 12,3%.

Após os resultados do primeiro turno, o cenário inicialmente promissor deu lugar a reveses no debate político eleitoral, colocando literalmente em jogo os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e da população LGBTTI. De um lado utilizados como moeda de troca pelo apoio dos setores religiosos fundamentalistas e de outro como cortina de fumaça para encobrir escândalos políticos.

O fato não surpreendeu o movimento de mulheres que, insistentemente, ao longo de anos, vem alertando sobre os riscos que o fundamentalismo religioso, ganancioso do poder político, representa para a democracia. Invariavelmente os fundamentalistas convergem para impor sua verdade única, sua única voz sobre todas as vozes e para tentar privar as mulheres dos

nossos direitos humanos, da nossa liberdade sexual, do direito de decidirmos por um aborto ou de ocuparmos um espaço de poder.

Uma vitória dos movimentos feministas e de mulheres foi a derrota de muitas dessas lideranças anti-direitos nas urnas. Mesmo com o debate conservador em voga, uma parcela do eleitorado rechaçou o fundamentalismo religioso e dos 69 que concorreram a reeleição um terço não se elegeu.

Aborto e eleições – as mulheres como bode expiatório

Com esse viés, o debate sobre a questão do aborto entre @s candidat@s – um dos pontos nevrálgicos da agenda de direitos reprodutivos no Brasil – foi maniqueísta, preconceituoso, desinformado e, por isso mesmo, um dos motes para o processo de despoliticização da disputa eleitoral.

Mas a discussão, finalmente, não ficou restrita aos/às candidat@s. O destaque dado ao aborto deu relevância a uma questão considerada tabu e pouco discutida pela sociedade brasileira. Com isso, trouxe à tona dados e relatos que demonstram que é em um contexto de criminalização das mulheres que as piores estatísticas se apresentam. Haja vista países eminentemente católicos como Portugal e México, nos quais a descriminalização do aborto não só fez diminuir a mortalidade materna como também diminuiu o número de abortos realizados.

Por vezes os discursos dos dois candidatos em relação a essa questão pareceram idênticos, não obstante existirem nuances significativas. Expressões como “carnificina”, usada por Serra, e “questão de saúde pública”, colocada por Dilma, significam coisas bem distintas entre si, como foi ficando mais claro no decorrer da discussão para o segundo turno.

As mulheres não foram cortejadas devido a ser maioria do eleitorado como se esperava. Com efeito, serviram de bode expiatório em um contexto politicamente esvaziado e conservador. Apesar de representarem cinco milhões a mais de votos, a força numérica das mulheres parece ainda não produzir o estrondo necessário para se fazer escutar. É difícil para a sociedade brasileira emergir da cultura patriarcal, elitista e racista. Contudo e apesar das nossas elites políticas, há sinais evidentes de questionamento do machismo e do empoderamento das mulheres.

DEBATE/ Tema do momento por conta da disputa presidencial e das posições ainda simplórias dos dois candidatos, a interrupção da gravidez, sustentam os especialistas, é um problema — e grave — de saúde. Entenda como ele se forma no dia a dia dos hospitais

Os complexos dilemas femininos

Violência doméstica, aborto e participação política são alguns dos temas recorrentes em cada campanha eleitoral. A uma semana das eleições, Dilma Rousseff e Marina Silva falam sobre eles

Aprovação da Lei da Alienação Parental: o que significa?

Ana Liési Thurler

O PL 4.053, apresentado em 07.10.2008, pelo deputado Régis de Oliveira (PSC-SC), teve tramitação rápida, com insuficiente exame de seu conceito-chave: a alienação parental. Poucos dias após a morte da menina Joanna Cardoso Marins, mártir da alienação parental, em 13 de agosto – caso jogado para os bastidores do Judiciário –, o PL se transformou na Lei 12.318. Por que tanta pressa?

Segmentos do setor jurídico importaram o conceito de alienação parental, forjado pelo norte-americano Richard Gardner (1931-2003), sem pesquisa sistemática ou validade científica, em um quadro de defesa do incesto e da pedofilia¹. Para ele, o abuso sexual não seria necessariamente traumatizante e relações sexuais entre adultos e crianças fariam parte do repertório *natural* da atividade sexual humana. Segundo Gardner, a sociedade teria uma postura punitiva e moralizadora em relação às pulsões pedófilas. Transformando vítimas em réus, ele não hesita em transferir responsabilidades para as crianças que tomariam iniciativas eróticas e seduziriam os adultos.

Infelizmente esse conceito foi incorporado no Brasil, na contramão de rejeições internacionais: do Canadá e da França, de países da América Latina² e dos EUA. Lá, a Organização Nacional para Mulheres (NOW) incluiu entre as Resoluções de sua Conferência Nacional de 2006 posicionamento sobre esse conceito³, condenando o recurso à Síndrome da Alienação Parental (SAP), qualificada de síndrome desacreditada que favorece os agressores de crianças nos litígios de guarda. A NOW (resolve denunciar a SAP - retirar e) recomenda a todo profissional cuja missão envolva a proteção dos Direitos das Mulheres e das Crianças denunciar a utilização da SAP como contrária à ética, inconstitucional e perigosa.

São do Rio Grande do Sul a jurisprudência⁴ da SAP, as relatorias no Congresso Nacional: de Maria do Rosário (PT-RS), do PL 4.053, na Câmara Federal; de Paulo Paim (PT-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS), do PLC 20/2010, no Senado Federal. Com toda certeza nenhum desses parlamentares pretenderiam a pedofilização do país. Por que assumiram bandeira tão grave para os direitos das crianças e das mulheres? Por precariedade de informações e de debates com a sociedade? Por pressão de lobbies insensíveis à revitimização de crianças e mulheres, interessados na mercantilização da Justiça?

A disseminação da SAP aconteceu com denúncias de abuso sexual infantil na classe média e alta, entre segmentos com recursos econômicos para arcar com advogad@s e perit@s, cúmplices da dominação patriarcal. Lembremos que o acesso à Justiça não é garantido de forma igualitária a homens e mulheres. No Brasil, 65% das mulheres no mercado de trabalho ganham até 2 salários mínimos. Os homens representam 80% entre os que ganham mais de 20 salários mínimos.

Com os papéis sexuais, secularmente construídos, as mulheres ainda são as cuidadoras, mesmo nas famílias na mais santa paz. Alguns homens começam a quebrar estereótipos, mas são minoria. As mulheres são quase a totalidade das cuidadoras nas famílias monoparentais.

A Lei da Alienação Parental (Lei 12.318/2010) em seu artigo 2º anuncia seu foco: “um dos genitores (...) que tenha a criança ou o adolescente sob sua autoridade, guarda, vigilância”. Pretenderia considerar o universo “genitores” assexuadamente, mas essa expressão, a partir da realidade social, deve ser compreendida sexuadamente: são as “mães” quem detêm a guarda em mais de 95% dos casos. E são elas apresentadas como *naturalmente* imaginativas e mentirosas.

É necessário considerar que a alienação parental:

- trabalha em prol do mito do implante de falsas memórias de abusos sexuais e violências;
- revitimizava crianças ao afastá-las da genitora protetora, o que é, algumas vezes, fatal para essas crianças;
- apaga trajetórias de agressões do pai – contra a mãe ou a criança –, autorizando o aparelho judiciário a entregar a criança a um pai com histórico de violência;
- constitui-se em instrumento de deslegitimação do testemunho da mãe e da criança.

No Brasil, a democracia e os Direitos Humanos nada ganharam com a escassez de debates na tramitação da Lei da Alienação Parental. Ao contrário, sua lastimável aprovação, significa mais uma lei reforçando a misoginia em nossa cultura, criminalizando as mulheres. Além de tornar possível mais casos trágicos como o da menina Joanna Marins, em que pais negligentes ou violentos obtêm a guarda total das crianças, separando-as das mães, causando-lhes graves danos.

Ana Liési Thurler é filósofa e socióloga, integrante do Fórum das Mulheres do DF. É autora de “Em nome da mãe: o não reconhecimento paterno no Brasil”

¹ Link sugerido para mais informações: <http://pedophilephobia.com/Richard%20Gardner.htm>

² Veja o site argentino: www.abusosexualinfantilno.org

³ “Guiando a Custódia e Avaliações de Visitas em Casos de Violência Doméstica: um Guia para Juizes”, publicado pelo Conselho Nacional de Corte de Juizes Juvenis e de Família, edição revisada de 2006. (www.now.org/organization/conference/resolutions/2006.html)

⁴ A partir de alguns acórdãos: <http://www.alienacaoparental.com.br/jurisprudencia-sap>

PNDH3 terá Plano de Ação Bianual

O governo federal pretende lançar no dia 10 de dezembro - Dia Nacional dos Direitos Humanos - um Plano de Ação Bianual para a implementação do terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos PNDH3. O Plano de Ação será construído pelo Comitê de Acompanhamento e Monitoramento, colegiado interministerial responsável em identificar metas prioritárias, definir indicadores de monitoramento e promover a articulação entre os órgãos e entidades envolvidos. Representantes das redes e organizações deixaram claro ao governo da necessidade de garantir a participação social no processo de monitoramento, instituindo um comitê autônomo para a sociedade civil. A proposta apresentada foi a de que os encontros da sociedade civil aconteçam um dia antes das reuniões do Comitê governamental. Este será o primeiro PNDH que contará com um Plano de Ação e com um Comitê de Acompanhamento. Enquanto isso, movimentos de direitos humanos, populares, organizações sociais, sindicais, feministas mobilizam a sociedade brasileira em defesa do PNDH-3, a partir da Campanha pela integralidade e implementação do PNDH-3.

Sem as mulheres os direitos não são humanos

No dia 10 de dezembro é comemorado o Dia Nacional dos Direitos Humanos, mesma data do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pelas Nações Unidas, em 1948, da qual introduziu uma concepção ampla de direitos humanos ao considerar todas as pessoas titulares de direitos, independentemente de sua condição social, sexo, credo político ou religioso, raça / etnia. Mas as mulheres foram excluídas dos Direitos Humanos por serem discriminadas.

Em 1993, este cenário de discriminação mudou, e os direitos humanos das mulheres foram reconhecidos durante a Conferência Mundial de Direitos de Viena. O documento produzido em Viena afirma: “os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais”. Em 1993, a ONU aprovou a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher e, em 1994, foi promulgada pela Organização dos Estados Americanos - a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida também como a “Convenção de Belém do Pará”. Estes documentos são instrumentos fundamentais para a proteção e defesa dos direitos humanos das mulheres. Criam obrigações para os Estados e toda a sociedade de tomar medidas e desenvolver ações para prevenir, enfrentar e colocar fim à violência contra as mulheres e à violência racial que atinge prioritariamente a população negra e indígena.

Violência contra as mulheres: Uma história contada em décadas de lutas

Há pelo menos quatro décadas que o movimento de mulheres e feminista luta para por fim a violência contra as mulheres. E é nesta tentativa de consolidar a reflexão sobre a trajetória de luta das mulheres pelo fim da violência que o CFEMEA lança o último livro da série Coleção 20 anos de Cidadania e Feminismo - “Violência contra as mulheres: Uma história contada em décadas de lutas”. A publicação foi resultado de um trabalho em equipe do CFEMEA e do Coletivo Leila Diniz, traz a reflexão política e colabora para que a ação do movimento de mulheres e feminista seja transformadora do mundo.



Arquivo CFEMEA

Somos muitas e estamos em muitas partes

O dia é de celebração e festa, mas também de reflexão e de luta feminista pelo fim do sexismo e da lesbofobia. Uma causa que tem que ser abraçada por tod@s. O 29 de agosto - Dia Nacional da Visibilidade Lésbica foi comemorado em vários estados do país. Em Brasília, com o mote “Somos muitas e estamos em todas as partes e lugares” comemorou-se com marcha, batucada e muita festa na Praça Galdino – marco político para os movimentos sociais que lutam para que muitas existências sejam possíveis e respeitadas em suas singularidades.

Arquivo Coturno de Vênus



Mulheres unidas pelo fim do racismo e da violência

Denunciar as violências sofridas pelas mulheres e lutar contra o racismo. Este é o mote da campanha que será lançada em 2011 pela Frente de Luta pelo Fim do Racismo e a Frente de Luta pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Construída a partir de diálogos com o movimento de mulheres negras, a campanha aprofundará a discussão sobre o racismo e o feminismo antirracista na AMB e reforçará as demandas por políticas públicas que enfrentem as desigualdades de gênero e raça.

Orçamento - Outra importante estratégia de enfrentamento do racismo é a incidência dos movimentos de mulheres sobre a Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) 2011 para a inclusão de recursos orçamentários para as políticas de igualdade racial. Outubro e novembro são os meses em que os movimentos de mulheres dialogam com @s parlamentares para que el@s apresentem emendas ao PLOA, incluindo recursos para medidas previstas no Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres, no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

Arquivo AMB



Saúde da população negra é direito, é lei: racismo faz mal à saúde

A população negra tem seus direitos à saúde diariamente desrespeitados. Por isso é preciso estar atent@s e mobilizad@s. O importante é divulgar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e saber como ela está sendo implementada em seu estado e município. Participe! Mais informações: www.criola.org.br



Arquivo CFEMEA

Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe

O dia é de reflexão e de mobilização. O 28 de setembro foi instituído como o Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, como meio de articular forças na região para enfrentar o problema da ilegalidade, o que gera elevadas taxas de mortalidade materna. É também a região do mundo em que há menor reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

No Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e Caribe, o CFEMEA em parceria com o Fórum de Mulheres do DF; a Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto; o Fórum de Promotoras Legais Populares do DF, a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Rede Feminista de Saúde – regional DF realizou um evento reflexivo, na Universidade de Brasília, para marcar a data. Na ocasião o CFEMEA lançou o vídeo “Pela vida de todas nós” e promoveu a apresentação das propostas dos candidat@s do DF ao Congresso.

“Pela vida de todas nós” – um apelo às mulheres à participação ativa da vida política. Com o foco na atuação de parlamentares anti-direitos e propostas que tramitam no Congresso Nacional que ameaçam os direitos das mulheres, o vídeo cita os últimos dados sobre o aborto no Brasil e lembra que mulheres sozinhas podem eleger e influenciar o Congresso. O vídeo foi realizado pelo CFEMEA no âmbito da campanha “Pela política na lei, pela política na vida”. Pode ser visto em www.portodasnos.blogspot.com. Tem também espaços para diálogo Facebook, Youtube e Orkut.

Propostas dos candidat@s do DF ao Congresso – com intuito de levar o debate político ao espaço acadêmico foi proposto aos Candidat@s do DF à Câmara Legislativa, Câmara dos Deputados a exposição de suas ideias quanto aos direitos das mulheres. Os candidat@s se pronunciaram sobre a questão da sub-representação das mulheres, a política de cotas e o sistema político brasileiro; a ilegalidade do aborto e criminalização das mulheres; a ação do Estado para coibir a violência contra as mulheres e a questão da rede de serviços previsto na Lei Maria da Penha.

Balanço aponta que as desigualdades continuam grandes entre mulheres e homens, negr@s e branc@s

Estamos chegando ao fim da Era Lula, e uma análise minuciosa desses oito anos aponta que, embora tenhamos deixado para trás a política perversa de ajuste estrutural, ainda estamos longe do modelo de avanço social. Isso porque uma série de mudanças na política macroeconômica - que acelerariam a redução das desigualdades - não foi promovida.

O balanço das políticas públicas do governo Lula foi construído pelo movimento de mulheres e feministas e mostra que dois elementos têm sido fundamentais para manter as desigualdades: o sistema tributário extremamente regressivo, que pesa proporcionalmente mais sobre os pobres do que sobre os ricos; e o uso de 1/3 dos recursos orçamentários, todos os anos, para o pagamento da dívida pública.

No Brasil, quem ganha até dois salários mínimos (a maioria, mulheres e negr@s) paga em média 53% da sua renda em impostos; enquanto isso, para quem ganha mais de 30 salários mínimos, os impostos pesam 29%. É preciso mudar isso. O balanço indica que nas duas oportunidades em que foi discutida uma Reforma Tributária, as propostas não continham nenhuma medida para a promoção de justiça fiscal (ou seja, estabelecer regras para que os mais ricos paguem mais impostos do que os mais pobres).

De outro lado foi observado que os recursos arrecadados não são integralmente devolvidos na forma de políticas públicas e serviços à população: o balanço aponta que menos da metade dos recursos arrecadados no orçamento da seguridade (que contempla Saúde, Assistência Social e Previdência) foram gastos. O restante pode ter sido transferido para outras finalidades, como por exemplo, a formação de reservas que mantêm a estabilidade financeira do país ou o pagamento da dívida pública.

O balanço mostra também o que muita gente não sabe: o pagamento da dívida pública continua existindo e absorve cerca de 1/3 do orçamento público federal todos os anos. Apenas para se ter uma ideia, o Brasil paga 1 bilhão de reais por dia apenas em juros da dívida - valor suficiente para custear, por um ano, o recente reajuste concedido @s aposentad@s, por exemplo. Essas e outras medidas constituíram, nos últimos anos, uma espécie de "transferência de renda" destinada às elites financeiras, que certamente contribuíram para reduzir o passo da promoção da igualdade no país.

Por outro lado, políticas como o aumento do salário mínimo, a concessão do Bolsa-Família e a geração de empregos contribuíram para melhoras em vários indicadores que apontam a redução da pobreza e da desigualdade. No entanto, essas políticas se mostram insuficien-

tes para enfrentar problemas de caráter estrutural e que devem ser combatidos por meio de políticas macroeconômicas. Entre branc@s e negr@s, por exemplo, a disparidade continua grande: há quase o triplo de pessoas negras vivendo abaixo da linha da pobreza em relação às pessoas brancas, e em termos salariais, os homens brancos recebem quase o triplo do salário das mulheres negras.

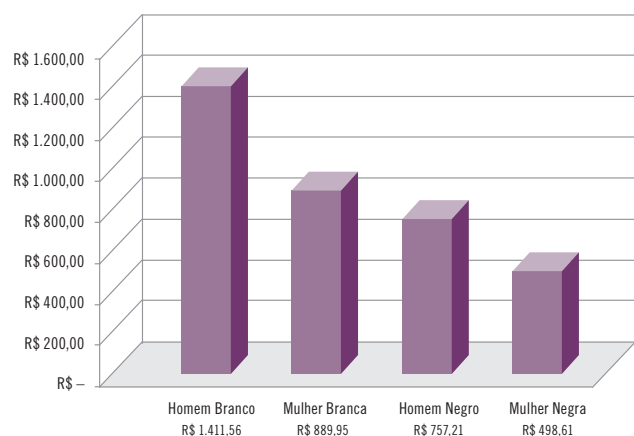
Se proporcionalmente, quem mais contribui para a receita pública brasileira são os segmentos de menor renda da população, como pode ser que na hora de usar os recursos arrecadados, o maior gasto - com o pagamento da dívida pública, ano após ano, favoreça exatamente os segmentos mais ricos (credores/banqueiros)?

Em 2011 teremos um novo governo, e é fundamental que o movimento de mulheres pautem, em suas lutas, a adoção de medidas macroeconômicas que revertam essa tendência injusta de distribuição de recursos.

É preciso reivindicar a democratização dos espaços de decisão sobre as políticas e os orçamentos públicos, com a participação das mulheres; incidir sobre os processos dos Poderes Executivo e Legislativo de decisão sobre as Finanças Públicas; e exigir transparência e compromisso com a promoção da igualdade no investimento dos recursos públicos.

Apenas desta forma será possível contribuir, de forma significativa, para romper com as desigualdades de gênero e raça, de forma que a superação da pobreza e a garantia de bem-estar e justiça social atinjam todas e cada uma das mulheres brasileiras.

Desigualdades salariais segundo sexo/cor



Fonte: *Com todas as Mulheres, por todos os seus direitos* - Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres